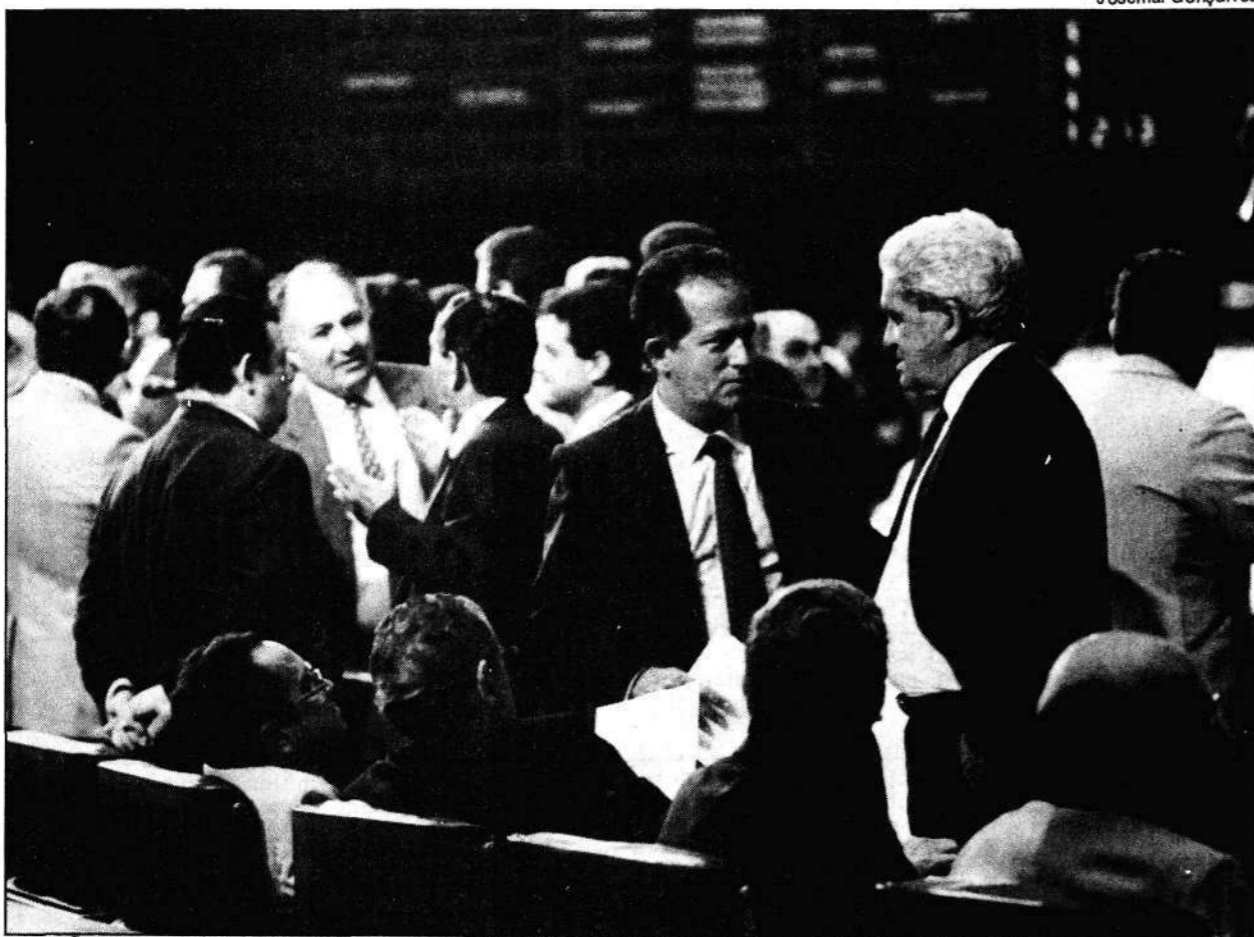


Anc X

Confronto marca, hoje, votação da Ordem Econômica

Josemar Gonçalves



Ontem, não houve quorum para votação e as tentativas de acordo também não deram certo

Mesa inicia contagem de faltas dos constituintes "gazeteiros"

Na primeira sessão em que começaram a ser contadas as faltas dos constituintes visando reduzir subsídios variáveis dos ausentes, não houve quorum para o início da votação do título que trata da Ordem Econômica e Financeira. Ontem, apenas 253 parlamentares estavam em plenário durante a verificação de presença. Outros 73 assinaram uma lista à parte por terem chegado atrasado à chamada eletrônica e com isso escaparam do dispositivo Antigazeta.

Ainda no processo de verificação de quorum, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, preferiu encerrar a chamada quando havia um grupo de parlamentares no posto avulso de votação que certamente daria o número necessário para começar a apreciação do título VII.

A atitude de Ulysses foi vista como uma manobra para adiar para hoje a votação dos dispositivos sobre a Ordem Econômica e Fi-

nanceira já que a matéria seria rejeitada pelo plenário, na sessão de ontem.

Faltosos

Ao todo, 233 constituintes faltaram à sessão de ontem e vão perder Cz\$ 26 mil e quinhentos por dia, a contar da quarta ausência consecutiva ou da sétima alternada, segundo decisão da Mesa da Constituinte anunciada na semana passada.

Na abertura da sessão, a lista acusava a presença de 206 constituintes na Casa, enquanto apenas 20 parlamentares estavam em plenário. As ausências indicavam a dificuldade nas negociações em torno do título que trata da Ordem Econômica e Financeira.

Segundo o líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire (PE), Ulysses Guimarães deveria tentar de qualquer maneira obter quorum para o início da votação porque não havia qualquer pos-

sibilidade de acordo com o Centrão.

"Nós não vamos ganhar nada se não pararmos para o confronto em plenário porque não há acordo plausível para votarmos", insistiu Roberto Freire ao criticar a atitude de Ulysses de contribuir para o adiamento da votação.

Já o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) ameaçou divulgar a lista dos constituintes que votarem contra os interesses nacionais. "Todos aqueles que votarem contra os interesses nacionais serão considerados traidores da pátria. O povo brasileiro vai conhecer os traidores da pátria", advertiu. A seu ver, o ex-ministro e deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) defende na Constituinte os grandes grupos estrangeiros, o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), os latifundiários, o senador Albano Franco (PMDB-SE), os grandes industriais e as multinacionais e o deputado Afif Domingos (PL-SP), os comerciantes.

A Constituinte começa a votar hoje o título da Ordem Econômica do projeto de Constituição sem acordo para os pontos centrais do texto, como a definição de empresa nacional, reforma agrária, reforma urbana e exploração de riquezas minerais. O Centrão se reuniu durante a tarde e decidiu "bater chapa", jargão parlamentar que designa a disputa no voto para ver quem ganha. Se o texto do grupo, considerado muito liberalizante em relação ao capital estrangeiro, passar, a votação desse título poderá levar muito tempo, pois só o PMDB possui 14 destaques para votação em separado, fazendo com que os centristas tenham que colocar constantemente 280 integrantes em plenário para confirmar sua tese.

Pela manhã todas as lideranças se reuniram e chegaram a se entender em torno de um texto para o Artigo 200 do projeto, que trata da definição de empresa nacional. Por esse texto as empresas brasileiras



de capital nacional, cujas atividades são consideradas estratégicas para o desenvolvimento tecnológico do País, "teriam benefícios temporários, com controle efetivo da titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato de direito, do poder decisório para gerir suas atividades".

O texto tinha agradado a todas as correntes até o início da tarde. Cada parte ficou de consultar sua bancada para fechar o acordo. Contudo, o Centrão decidiu não aceitar a proposta e jogar para confronto a votação de hoje. As lideranças do grupo se reuniram no gabinete do deputado José Lourenço (BA), e decidiram votar primeiro o seu capítulo que trata da questão e só depois negociar.

Majoria eventual

O deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos negociadores do Centrão que havia achado o texto bom, acabou concordando com seu grupo que não aprovou a redação. Os centristas querem ver, primeiro, quantos votos têm. Caso seu texto não seja aprovado, vetarão a proposta da Comissão de

Sistematização. Com os dois textos rejeitados, a questão cai no "buraco negro" e aí, então, pretendem negociar um acordo cuja costura pode ter sido iniciada com as conversas de ontem.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) afirma que o texto proposto como definição de empresa nacional repete pontos da Secretaria Especial de Informática. Segundo ele, trata-se da extensão da reserva da informática para outros setores da indústria.

O deputado Antônio Brito (RS), vice-líder do PMDB na Constituinte, diz que o seu partido não aceita votar o capítulo do Centrão que trata da questão, porque "o texto é lesivo ao interesse nacional e não pode ser a expressão de uma maioria eventual". Brito disse que o PMDB tem 14 destaques para votação em separado que poderão ser utilizados caso passe a proposta do Centrão.

Além da definição sobre empresa nacional, estão emperrando um possível acordo a exploração do subsolo por empresas nacionais, o uso da propriedade cumprindo uma função social para efeito de reforma agrária e o usucapião urbano.

Militar concorda com nacionalista

O deputado fluminense Paulo Ramos (sem partido) disse ontem que o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima, manifestou posições semelhantes às teses da Frente Parlamentar Nacionalista sobre o título da Ordem Econômica, que começa a ser votado hoje. Segundo o deputado, que pertence à frente e ontem esteve com o ministro, juntamente com outros parlamentares, Moreira Lima acha que a definição de empresa nacional tem que ser muito clara e não se pode dar o mesmo privilégio da indústria brasileira para a indústria estrangeira.

A Frente Parlamentar Nacionalista, cujos integrantes fazem parte de várias tendências, ideológica na Constituinte, iniciou ontem uma série de contatos com ministros e setores militares, tentando obter apoio para as suas teses e alertando para as propostas do Centrão, que consideram lesivas aos interesses nacionais.

Os constituintes da Frente Parlamentar Nacionalista continuarão a manter contatos hoje com outros ministros, como o da Minas e Energia, Aureliano Chaves; o da Ciência e Tecnologia, Luis Henrique; o da Marinha, Henrique Sabóia.

Sarney teme o "buraco"

O presidente José Sarney está preocupado com um novo "buraco negro" que se avizinha na Constituinte, devido à votação do capítulo da Ordem Econômica. Essa preocupação ele manifestou ontem em audiências separadas com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e com os líderes Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), José Lourenço (PFL-BA) e Saldanha Derzi (PMDB-MS), aos quais alertou que as regras a serem definidas sobre investimentos estrangeiros no País e a exploração do subsolo e riquezas são "fundamentais à condução dos negócios do Governo".

Sarney, segundo seus interlocutores, mostrou-se simpático à sugestão defendida por Ulysses de transferir os pontos mais polêmicos dessa parte da Nova Carta para a legislação ordinária, onde seriam tratados nos seus mínimos detalhes. Mas, os dois divergem quanto ao que deve ser aprovado. Ulysses, por sinal, prevê um verdadeiro duelo de ideologias e

doutrinas, superando o clima registrado durante a votação da duração do mandato presidencial e do sistema de Governo.

Prazo

Pelas contas de Ulysses Guimarães, os trabalhos da Constituinte podem ser concluídos dentro de dez dias, se for mantido o ritmo atual de 35 a 40 dispositivos aprovados por sessão. Restam apenas 350 dispositivos, mas ele próprio admitiu que os dias de "céu claro" passaram e se aproximam aqueles de "muita tormenta, tempestade branda".

Traduzindo o pensamento do Presidente da República, o senador Saldanha Derzi, líder do Governo no Senado, demonstrou especial preocupação com a definição de empresa nacional e a participação do capital estrangeiro nos investimentos internos. "É preciso tomar cuidado para que não fechemos o Brasil só para os brasileiros", disse. Acrescentou que os interesses estrangeiros devem ser preservados "se vierem para ajudar o desenvolvimento do Brasil".